

# Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo ignorou pareceres que viam desoneração ilegal..... 3

RELATÓRIO RESERVADO - RJ - NOTÍCIAS  
ANFIP

O bombeiro de Bolsonaro..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Câmara Superior do Carf afasta IR sobre incorporação de ações..... 6

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Prazo para entrega vai até 28 de fevereiro..... 7

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL  
SEGURIDADE SOCIAL

Dinheiro esquecido no banco: como consultar e resgatar valores devidos a familiares que já faleceram?  
..... 8

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Planalto publica cartilha para ministro-candidato..... 10

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Congresso não vai retroagir em "avanços", diz Lira..... 11

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Senado vira "campo minado" para o governo..... 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Consulta ao TSE sobre PEC dos combustíveis..... 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Custos da guerra para o Brasil (Editorial)..... 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

A favela por conta própria (Artigo)..... 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo vai ao TSE para ver se é legal reduzir preço da gasolina em ano de eleição  
..... 16

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

União tenta incluir taxaço menor do diesel em texto do Senado..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Construindo pontes econômicas (Artigo)..... 19

---

Terça-Feira, 15 de Fevereiro de 2022

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
POLÍTICA

"Janela partidária" deturpa a política (Editorial) .....20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Milhões em busca de R\$ 8 bi "esquecidos" .....21

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
ECONOMIA

É preciso encorajar esforço diplomático para evitar guerra (Editorial)..... 24

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

"PL do veneno" ameaça liberar uso de agrotóxico (Editorial) .....25

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL  
ECONOMIA

Em fim de mandato, Estados engordam os investimentos .....26

# Governo ignorou pareceres que viam desoneração ilegal

**Douglas Gavras**

O governo de Jair Bolsonaro (PL) ignorou pareceres técnicos da Secretaria Especial da **Receita Federal**, da Procuradoria-Geral da Fazenda e uma recomendação do Ministério da Economia ao prorrogar a desoneração da folha de pagamentos, no fim do ano passado.

Os órgãos haviam apontado inconstitucionalidade e ilegalidade na medida, segundo informações que estão em documentos solicitados por um grupo de tributaristas, por meio da LAI (Lei de Acesso à Informação), e obtidos com exclusividade pela Folha.

Em 31 de dezembro, Bolsonaro sancionou a lei que prorroga por dois anos a desoneração da folha de pagamento de 17 setores.

A política seria encerrada em 1º de janeiro, mas o texto que garantiu a extensão do programa foi publicado em edição extra do DOU (Diário Oficial da União).

A medida foi criada para reduzir os custos de contratação: em vez de as empresas pagarem 20% sobre a folha de salários, elas podem pagar alíquotas de 1% a 4,5% sobre a sua receita bruta.

Segundo parecer de 23 de dezembro de 2021, da **Receita Federal**, a recomendação era que a prorrogação fosse vetada, por desrespeitar tanto princípios da Constituição quanto obrigações previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

"Por todo o exposto, recomenda-se que a Secretaria Especial da **Receita Federal do Brasil** proponha veto (...), por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, ao desrespeitar a vedação de diferenciação ou substituição de base de cálculo (...) e as normas orçamentárias previstas nos artigos 14 e 126 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano de 2021, respectivamente", diz o texto da Receita.

O tributarista Breno Vasconcelos, sócio do escritório Mannriche Vasconcelos e pesquisador do Insper, lembra que, em dezembro de 2020, o Congresso votou pela prorrogação da desoneração até dezembro

do ano seguinte. Bolsonaro vetou a medida, e o veto foi derrubado.

"Na sequência, ele ajuizou uma ADI [Ação Direta de Inconstitucionalidade] usando os mesmos argumentos que, agora, a Receita e a Procuradoria-geral da Fazenda usaram para sugerir o veto integral dessa nova prorrogação do benefício", diz o tributarista.

Na ocasião, o presidente chegou a argumentar que não foi prevista uma medida compensatória para a renúncia fiscal e que a possibilidade de substituir a base da folha havia sido excluída na reforma da Previdência de 2019, mesmos pontos mencionados no parecer da Receita agora.

"A proximidade da eleição parece ter modificado a percepção sobre a questão fiscal", diz Vasconcelos.

Já a PGFN impôs sigilo ao seu parecer. Mas despacho posterior assinado pelo Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Ricardo Soriano de Alencar, aponta os motivos que fizeram com que o órgão também recomendasse o veto à continuidade da desoneração.

Segundo o documento, o veto poderia ser revisto, caso houvesse uma estimativa do impacto orçamentário tanto no ano em que ela entrasse em vigor quanto nos dois anos seguintes, além de medidas de compensação anulando os efeitos da redução de receita com a desoneração.

Em 31 de dezembro, o secretário-executivo do Ministério da Economia e que atuava como ministro da Economia substituto, Marcelo Pacheco dos Guarany, também enviou um ofício e um despacho ao ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência sugerindo o veto integral ao projeto de lei, por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público. Os dois documentos têm como base as análises da Procuradoria-Geral da Fazenda e da Secretaria Especial da Receita.

A desoneração era uma demanda de empresários dos setores beneficiados, e o Congresso havia decidido prorrogar a medida até o fim de 2023, prazo que foi confirmado pelo presidente.

Fazem parte dos setores beneficiados o de calçados, call centers, comunicação, confecção e vestuário,

construção, couro, fabricação de veículos e carrocerias, tecnologia da informação e transporte, entre outros.

Em entrevista em janeiro, Bolsonaro chegou a mencionar que havia divergido da Economia na questão das desonerações, ao expor diferenças com a equipe de Paulo Guedes. "Vencemos a questão da sanção da desoneração da folha, que interessava para vocês. Vencemos. A economia tinha pedido veto, [vou] deixar bem claro. É o meu governo." Procurada, a Secretária-Geral da Presidência da República disse que cabia ao Ministério da Economia comentar o assunto. A pasta, por sua vez, encaminhou a demanda à **Receita Federal**, que respondeu que não iria se manifestar.

A prorrogação da desoneração da folha divide especialistas em contas públicas e representantes de setores econômicos. Quem é favorável argumenta que a medida é importante para evitar de custos e perda de empregos, em um momento econômico delicado. Já os críticos argumentam que a medida é cara e tem baixa efetividade.

Além disso, na avaliação de Eloísa Machado, professora de direito constitucional na FGV, a violação do artigo 126 da LDO pode se configurar como crime de responsabilidade por parte do presidente.

"A Constituição dá à LDO especial importância, por ser o instrumento que revela as prioridades de investimento do Estado, a partir da contribuição de todos os brasileiros. É a máxima representação de nossas prioridades e de nossas escolhas coletivas, por isso, é permeada de controles e procedimentos." Ela ressalta que a violação do artigo 126 da LDO apontada no parecer da Receita não é tangencial ou supérflua. "Fora das condições legais, a renúncia ou redução de receita deixam de ser legítimas e podem significar privilégios. Caso se confirme que as condições do artigo 126 da LDO não tenham sido cumpridas, pode-se sustentar que há, no caso, hipótese de crime de responsabilidade." Já Rafael Mafei, professor da Faculdade de Direito da USP e autor de "Como Remover um Presidente", pondera que a recomendação de veto não é o mesmo que uma lei orçamentária e que a decisão de vetar ou não é prerrogativa do presidente. "Não vejo como daí possa resultar crime de responsabilidade." O advogado, no entanto, diz acreditar que os pareceres serão úteis para quem quiser judicializar a questão. "Acho que eles atestam o descompasso político entre os ministérios ligados ao Orçamento, que parecem ter alguma preocupação com a qualidade das contas públicas, e o Executivo, que obviamente está menos preocupado com isso."

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49822&anchor=6450134&pd=c3411becc142e089c8f5f3dc8c10ba0e>**

# O bombeiro de Bolsonaro

Ciro Nogueira foi escalado pelo presidente Jair Bolsonaro para tentar amansar o funcionalismo público e administrar a pressão por reajuste de salários. Nos próximos dias, deverá se encontrar com representantes da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário e do Ministério Público da União (Fenajufe). Ainda mais tensa promete ser a conversa com a **Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita)**. Bem, poderia ser pior se o encarregado da missão fosse Paulo Guedes, com seu notório pavio curto.

**Site:** <https://relatorioreservado.com.br/noticias/o-bombeiro-de-bolsonaro/>

# Câmara Superior do Carf afasta IR sobre incorporação de ações

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187141](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187141)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187141](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187141)

# Prazo para entrega vai até 28 de fevereiro

Brasília - As empresas e as instituições financeiras têm até o dia 28 de fevereiro para enviar aos contribuintes os informes de rendimentos referentes ao ano de 2021. A entrega das declarações do Imposto de Renda 2022 começa em março, em data que ainda será divulgada pela **Receita Federal**.

Os documentos são essenciais para o preenchimento da declaração do Imposto de Renda Pessoa Física, com dados sobre o total dos rendimentos obtidos pelo trabalhador no ano passado e o Imposto de Renda retido na fonte no período.

Segundo a **Receita Federal**, o empregador que deixar de fornecer o comprovante dentro do prazo ou fornecê-lo com inexatidão ficará sujeito ao pagamento de multa. Os dados podem ser entregues impressos ou disponibilizados eletronicamente. Apesar de muitas empresas optarem pelo modo tradicional, os dados não precisam ser enviados pelos Correios. Os comprovantes podem ser entregues por e-mail, baixados na Internet ou liberados em aplicativos para dispositivos móveis.

Os bancos e demais instituições financeiras também são obrigados a fornecer os dados rendimentos aos seus clientes, com dados sobre aplicações financeiras e saldo em conta. Operadoras de planos de saúde e instituições de ensino também devem fornecer as notas de valores recebidos de contribuintes. São documentos que permitem que a **Receita Federal** cruze informações e verifique se o contribuinte preencheu dados com erros ou sonegou **impostos**. Neles, constam os valores recebidos pela pessoa física bem como todos os **impostos** pagos durante o ano de exercício e as contribuições feitas ao **INSS**.

# Dinheiro esquecido no banco: como consultar e resgatar valores devidos a familiares que já faleceram?

## Por g1

Recursos esquecidos nos bancos de brasileiros que morreram ou de empresas já encerradas também poderão ser resgatados no novo sistema lançado pelo Banco Central.

Tendo em mãos o número de CPF ou CNPJ e a data de nascimento ou de abertura da empresa, já é possível saber se há ou não recursos esquecidos vinculados a uma pessoa ou empresa - mesmo que o titular já tenha falecido, ou a empresa sido fechada.

Os procedimentos para a consulta dos valores e solicitação da devolução nesses casos, porém, ainda não foram detalhados pelo BC. O Banco Central promete informar em breve quais serão os procedimentos para que essa consulta de valores e o resgate possam ser feitos por terceiros.

Em breve o Banco Central irá divulgar os procedimentos para consulta de Valores a Receber por terceiros legalmente autorizados (procurador, tutor, curador, herdeiro, inventariante ou responsável por menor não emancipado), nos casos em que o proprietário dos recursos não puder obter login gov.br nível prata ou ouro, informou o BC.

A consulta e resgate são feitos exclusivamente pelo site <https://valoresareceber.bcb.gov.br/>, lançado nesta semana pelo Banco Central.

O BC estima em R\$ 8 bilhões o valor total a ser devolvido aos clientes. Nesta primeira fase, foram abertas consultas referentes à metade, R\$ 4 bilhões. Em 2 de maio, as consultas a uma nova fase serão abertas.

## Como consultar

Acesse o site <https://valoresareceber.bcb.gov.br/> Os clientes precisam do CPF, no caso das pessoas físicas, e do CNPJ, no caso das empresas, para consultar a existência de recursos para saque. A página vai informar uma data para consultar os valores e solicitar o saque - anote esta data Na data informada, retorne à página

<https://valoresareceber.bcb.gov.br/> Use seu login gov.br para acessar o sistema (clique aqui para ver como fazer o cadastro) Após o acesso, consulte o valor e solicite a transferência

Que dinheiro é esse?

A primeira fase compreende dinheiro de:

contas-correntes ou poupança encerradas com saldo disponível; tarifas e parcelas ou obrigações relativas a operações de crédito cobradas indevidamente, desde que a devolução esteja prevista em Termo de Compromisso assinado pelo banco com o BC; cotas de capital e rateio de sobras líquidas de beneficiários e participantes de cooperativas de crédito; e recursos não procurados relativos a grupos de consórcio encerrados.

Posteriormente, deverão ser liberados recursos de:

tarifas e parcelas ou obrigações relativas a operações de crédito cobradas indevidamente, previstas ou não em Termo de Compromisso com o BC; contas de pagamento pré-paga e pós-paga encerradas com saldo disponível; contas de registro mantidas por corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários encerradas com saldo disponível; e outras situações que impliquem em valores a devolver reconhecidas pelas instituições.

Quando tenho que solicitar o resgate?

Ao fazer esta primeira consulta, o cliente do banco recebe uma data e período para consultar os valores e solicitar o resgate do saldo existente. As datas são agendadas de acordo com o ano de nascimento da pessoa ou da criação da empresa, conforme calendário abaixo.

E se eu perder as datas para pedir o resgate?

Segundo o BC, a consulta inicial poderá ser feita a qualquer momento. Caso o cliente não acesse novamente na data que será informada no primeiro acesso, nem no sábado de repescagem, ele poderá voltar a consultar os valores e solicitar o resgate a



partir de 28 de março.

Orientações: BC alerta clientes contra golpes

Quando o dinheiro será pago?

Segundo o Banco Central, os valores esquecidos nos bancos referentes a esta primeira fase serão devolvidos somente a partir de 7 de março. Para os demais valores, ainda não foram informadas as datas.

A devolução será preferencialmente por PIX, que o cliente vai informar na hora de solicitar o resgate. Após acessar o sistema, se o cliente solicitar o resgate sem a chave PIX, a instituição financeira escolhida entrará em contato para realizar a transferência.

Atenção: mesmo nesse caso específico, essa instituição NÃO pode pedir que você informe seus dados pessoais NEM sua senha.

Como criar a conta gov.br?

A criação da conta gov.br é gratuita. O cadastro pode ser feito pelo site ou pelos aplicativos.

site Acesso (<https://sso.acesso.gov.br>) App gov.br (link IOS) App gov.br (link Android)

Clique aqui para ver o passo a passo

Como aumentar o nível da conta gov.br para prata ou ouro?

A conta gov.br tem três níveis de segurança e acesso: bronze, prata e ouro.

Ao ser criada via formulário on-line do **INSS** ou da **Receita Federal**, por exemplo, a conta gov.br costuma iniciar no nível bronze, que dá acesso apenas parcial aos serviços digitais do governo e cujo grau de segurança é considerado apenas básico.

Ao fazer o login no gov.br, o cidadão já é informado do nível da conta. Para aumentar o nível, basta seguir as instruções ou entrar em Privacidade/Selos de Confiabilidade .

O nível prata é obtido por meio de:

Validação facial pelo aplicativo gov.br para conferência da sua foto nas bases da Carteira de Habilitação (CNH) Validação dos dados pessoais via internet banking de um banco credenciado Validação dos dados com usuário e senha do SIGEPE, se o cidadão for servidor público federal

O nível ouro pode ser obtido através de:

Validação facial pelo aplicativo gov.br para conferência da sua foto nas bases da Justiça Eleitoral Validação dos seus dados com Certificado Digital compatível com ICP-Brasil

Viralizou: consulta a dinheiro esquecido em bancos rende memes

**Site:**

**<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/02/15/dinheiro-esquecido-no-banco-comeo-consultar-e-resgatar-valores-devidos-a-familiares-que-ja-faleceram.ghtml>**

# Planalto publica cartilha para ministro-candidato

## **ANDRÉ SHALDERS BRASÍLIA**

A Advocacia-Geral da União (AGU) reeditou uma cartilha com orientações para ministros e demais **servidores públicos** que pretendem se candidatar nas eleições deste ano. O objetivo é evitar processos na Justiça Eleitoral sob acusação de abuso de poder político ou econômico durante a disputa.

No último dia 9, o ex-senador Magno Malta pediu votos para Bolsonaro em evento oficial da Presidência, pago com recursos públicos, no Rio Grande do Norte. "Precisamos reconduzir este homem ao poder, à reeleição", disse Malta ao lado do presidente. O episódio levou ao Palácio do Planalto o temor de que gestos semelhantes prejudiquem as campanhas de Bolsonaro e a de ministros-candidatos. Em live recente, Bolsonaro disse que pelo menos 11 de seus ministros deixarão os cargos para disputar as eleições.

## **MÁQUINA PÚBLICA.**

Na edição deste ano da cartilha, a AGU destaca que o Código Eleitoral traz uma vedação "de caráter amplo e genérico" ao uso indevido da máquina pública por partidos e candidatos. "A Justiça Eleitoral tem competência para aplicar penalidades em casos que julgue que tenha havido abuso do poder. Atos de governo, ainda que formalmente legais, podem ser entendidos como abusivos se, de algum modo, puderem ser associados com a concessão de benefício a certo candidato, partido político ou coligação", diz trecho do documento.

Para a professora de Direito Eleitoral Vânia Aieta, Malta contrariou a Lei das Eleições.

"Ele não poderia, em evento oficial, fazer campanha para o presidente. São dois elementos caracterizadores somados: o fato de citar as eleições e o de pedir votos por via oblíqua (indireta)", disse ela.

A cartilha traz também recomendações sobre o uso de publicidade institucional no período eleitoral; participação em inaugurações de obras públicas; contratação de shows de artistas; pronunciamentos em cadeia de rádio e TV; e proibição do uso dos nomes de órgãos públicos nas campanhas. Há, ainda, orientação para que as autoridades mantenham registros públicos de suas agendas de trabalho -

prática que Bolsonaro costuma negligenciar.

Cuidado Caso de Magno Malta, que pediu votos para Bolsonaro durante evento oficial, preocupou o Planalto

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Congresso não vai retroagir em "avanços", diz Lira

*Presidente Bolsonaro, Brasília- DF*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187141?page=14&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187141?page=14&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187141?page=14&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187141?page=14&section=1)

# Senado vira "campo minado" para o governo

**DANIEL WETERMAN BRASÍLIA**

A menos de oito meses do primeiro turno das eleições, o Senado se transformou em terreno minado para o governo. Com pautas paradas e um conflito cada vez maior entre senadores e o ministro da Economia, Paulo Guedes, o Palácio do Planalto enfrenta problemas para retomar a articulação política na Casa. Das 45 propostas apontadas pelo governo como prioritárias, e encaminhadas ao Congresso na semana passada, 11 tramitam no Senado e estão travadas.

É o caso, por exemplo, da **reforma tributária**, do pacote relacionado ao preço de combustíveis e da reforma do Imposto de Renda. Diante do debate sobre o preço dos combustíveis, o Senado apresentou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que foi apelidada por Guedes de "PEC Kamikaze" por promover ampla desoneração, além de subsídios fora das regras fiscais. Aliados do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), decidiram, então, expor o conflito com Guedes e devolveram o apelido de "kamikaze" para a gestão do titular da Economia. A avaliação desse grupo é a de que Guedes faz discurso de ajuste fiscal, mas sempre se rende às ideias do presidente Jair Bolsonaro, que quer abrir o cofre em sua campanha pela reeleição. A pressão do Planalto para que governadores reduzam a cobrança do ICMS, imposto arrecadado pelos Estados, também incomoda o Senado.

"Estou fazendo meu papel pela inércia do ministro da Economia. Ele falou que a proposta é "kamikaze", mas não apresentou uma solução", disse Carlos Fávaro (PSD-MT), autor da PEC que prevê a redução de **impostos** incidentes sobre os combustíveis. O senador Alexandre Silveira (PSDMG), apontado como o "número 2" de Pacheco, foi na mesma linha. "Guedes é tão inábil que constrói instabilidade", criticou Silveira, que foi convidado para assumir a liderança do governo, mas recusou.

**PREJUÍZO.**

Desde dezembro, Bolsonaro não tem líder para articular votações no Senado. Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) deixou o cargo após ser derrotado na disputa para ocupar uma vaga no Tribunal de Contas da União (TCU). O senador se sentiu abandonado pelo governo. Depois disso, parlamentares cortejados para o cargo têm resistido a aceitar a função por **temer** prejuízo político com a queda de popularidade de Bolsonaro.

"É importante que o governo decida o líder no Senado para que possa dialogar com a presidência e as demais lideranças", disse Pacheco, que, nos próximos dias, deve desistir de lançar a pré-candidatura à sucessão de Bolsonaro. O líder do governo no Congresso, Eduardo Gomes (MDB-TO), acumula a função informalmente, com a ajuda do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), filho do presidente, e do colega Carlos Viana (PSDMG), vice-líder. Mesmo assim, projetos como o da regularização fundiária e o da flexibilização do porte de armas, classificados como prioritários por Bolsonaro, não andaram.

"Não tem muito drama, não. É preciso ver os temas que serão discutidos, por causa da característica deste ano, que é eleitoral", afirmou Gomes. Não são poucos os senadores que duvidam do empenho de Bolsonaro e da equipe econômica em promover mudanças tributárias, assim como a reforma do Imposto de Renda e a privatização dos Correios, propostas que constam da portaria publicada pelo governo. "Se o Senado aprovar a **reforma tributária**, a Câmara aprova. A Câmara é mais reformista que o Senado", ironizou o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (Progressistas-PR).

Propostas travadas

## **Reforma tributária**

Reforma do Imposto de Renda

Privatização dos Correios

Reforma do ICMS-Combustíveis

Flexibilização do porte de armas

Extinção do auxílio-reclusão

Redução da maioria penal

Mudança em Lei de Crimes Ambientais

Licenciamento ambiental

Regularização fundiária

Debêntures de Infraestrutura

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

## Consulta ao TSE sobre PEC dos combustíveis



» LUANA PATRIOLINO » ROSANA HESSEL

A Advocacia-Geral da União (AGU) vai apresentar uma consulta formal ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre legitimidade de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para a redução do preço dos combustíveis neste ano eleitoral.

A decisão ocorreu após uma reunião entre representantes do Palácio do Planalto e os presidentes do Congresso Nacional e a Corte eleitoral. Em busca de uma solução para o impasse, o presidente do TSE, Luís Roberto Barroso, afirmou que trabalha para que a demanda tramite o mais rápido possível. Segundo o magistrado, o assunto precisa ter seus requisitos processuais previamente examinados.

Estiveram na reunião os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG); o ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira; e o advogado-geral da União, Bruno Bianco, além dos ministros Barroso, Edson Fachin e Alexandre de Moraes.

O objetivo do encontro, de acordo com a assessoria, era "tratar dos limites das alterações legislativas em ano eleitoral". A pauta dos combustíveis, portanto, não foi deixada de fora. A dúvida foi levantada pela equipe jurídica do Planalto, que teme ferir a legislação eleitoral no ano em que o presidente Jair Bolsonaro

(PL) busca a recondução.

A lei proíbe a concessão de benefícios neste período por conta da interpretação de que seriam eleitores. "A legislação já identificou esse fenômeno e prevê vários mecanismos de proibição, já que o governante que está na frente da máquina pública pode concentrar esforços nos últimos meses de mandato e utilizar a memória curta dos eleitores a seu favor", explicou o advogado Ronan Gomez de Holanda, especialista em direito eleitoral.

O Congresso também está de olho no tema. Somente nesta semana, por exemplo, dois textos podem ser votados no Senado: o primeiro cria um fundo de estabilização dos preços do die-sel, da gasolina e do gás. O segundo altera a forma de cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em relação ao diesel.

Desde o início do governo do Bolsonaro, a gasolina e o gás de cozinha subiram cinco vezes mais do que a **inflação** oficial medida pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no período, enquanto o diesel subiu quatro vezes, segundo um levantamento feito pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), divulgado ontem.

Desde janeiro de 2019, início da gestão atual, a gasolina teve reajuste de 116%, ante uma **inflação** de 20,6% no período. No gás de cozinha, a **alta** foi de 100,1 %, e no diesel, de 95,5%, de acordo com dados da Petrobras analisados pelo Dieese.

Renato Ribeiro de Almeida, especialista em direito eleitoral, destacou que é clara a intenção eleitoreira em diminuir os preços dos combustíveis. "Estaria se fazendo uma redução tributária para conquistar votos", disse.

Vale lembrar que a **inflação** elevada vem deixando Bolsonaro preocupado com a campanha eleitoral. Ele, inclusive, já demonstrou ser favorável à mudança na Constituição para reduzir **tributos** sobre os combustíveis. A rejeição do **chefe** do Executivo continua elevada enquanto a **inflação** deste ano dá sinais de que será persistente, se tornando uma pedra no sapato do presidente.

Leia mais sobre PEC dos Combustíveis na página 8

# Custos da guerra para o Brasil (Editorial)

O presidente Jair Bolsonaro desembarca hoje na Rússia ciente do estrago que uma guerra entre esse país e a Ucrânia pode fazer na economia mundial e, em particular, no Brasil. Para ele, que tentará a reeleição, o melhor é que a paz seja mantida e que todos os problemas que hoje opõem os dois países sejam resolvidos pelo caminho diplomático, como deve ser. Um conflito armado empurrará os preços do petróleo e do dólar para cima, resultando em mais **inflação**, o inimigo mais letal daqueles que pretendem disputar um novo mandato nas urnas.

Diante do acirramento das tensões entre a Rússia e a Ucrânia, o barril do petróleo superou os US\$ 90 e já está flertando com os US\$ 100 caso a guerra se concretize. Nesse patamar, não haverá como a Petrobras segurar novos reajustes nos preços da gasolina e do diesel, movimento que derruba a popularidade de qualquer governante, sobretudo pelo efeito em cadeia que provoca na economia. A estatal vem espaçando os aumentos dos combustíveis para tentar conter os estragos políticos a Bolsonaro, mas, com o petróleo nas alturas, terá de seguir à risca sua política de preços.

A Rússia, sabe-se, é uma das maiores produtoras de petróleo do mundo. A ausência do país no mercado será um desastre, uma vez que o barril do óleo já subiu mais de 90% desde o início do ano passado. Com a commodity, deve-se esperar uma arrancada das cotações do dólar, uma vez que, em tempos de incerteza, os investidores tendem a buscar proteção na moeda norte-americana. Petróleo e dólar são as principais referências para a Petrobras definir os valores da gasolina e do diesel nas refinarias e, por consequência, nas bombas dos postos. Numa guerra, não há congelamento de **impostos** que evite um choque no bolso dos consumidores. Outro efeito colateral para o Brasil de um possível conflito entre Rússia e Ucrânia é a escassez de fertilizantes. Os russos são responsáveis por 30% desses produtos consumidos pela agricultura brasileira. Menos fertilizantes disponíveis no mercado significa preços mais altos. O resultado final será alimentos mais caros, o que prejudica sempre os mais pobres, maioria do eleitorado. Em 2021, a **inflação** passou de 10%. Neste ano, deve ceder um pouco, mas as projeções que apontam para índices entre 5% e 6% não contemplam a guerra que está no radar e que as autoridades mundiais, em maioria, tentam evitar.

Não é só: a Ucrânia é produtora relevante de trigo e milho. Boa parte desses grãos é destinada à

fabricação de ração que alimenta gado, aves e suínos. Guerras devastam tudo. Sem as colheitas ucranianas, a oferta de ração cairá e os preços aumentarão. O ponto final dessa cadeia será a disparada dos preços das carnes. Por consequência, mais **inflação** e menos crescimento econômico - as estimativas para o Brasil apontam para queda de até 0,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) neste ano. Analistas dizem que muitos outros pontos estão em jogo. E o resultado final será sempre desfavorável para a população em geral.

Portanto, não se deve economizar nos esforços para se evitar o conflito entre os países do Leste Europeu. Bolsonaro foi alertado de todas as suas consequências. Sendo assim, dentro do diálogo que construiu com Vladimir Putin, com quem se encontrará amanhã, que use toda a retórica para convencer o aliado de que o melhor caminho para o mundo é a paz. Já houve sofrimento demais nos últimos dois anos provocado pela pandemia do novo coro-navírus. Milhões foram a óbito por causa da covid-19. Uma guerra tende a ceifar ainda mais vidas. Basta!

# A favela por conta própria (Artigo)

**Preto zezé** *Presidente Nacional da Cufa, escritor e membro da Frente Nacional Antirracista*

Segundo dados do Data Favela, as favelas brasileiras antes da pandemia movimentaram R\$ 119,8 bilhões. Isso diz muito para o horizonte que queremos olhar, já que favela para nós vai além do senso comum de só dificuldades ou problemas.

Quando se fala em favela e economia, a favela é colocada como gasto, nunca como investimento. Os debates sobre **tributos** refletem bem como Estado e empresas olham a favela. Basta olhar questão da carga tributária, onde pagamos o tributo na fonte, onde a taxa vai para algo em torno de 50% sobre o que consumimos.

No mundo, a média nos países da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) é de 32%. Já a média da arrecadação sobre renda nos países da OCDE é de 34% enquanto no Brasil é de só 25%. Existe tributação injusta sobre quem pode pagar menos.

Nem quero entrar no quesito de se criar mais **impostos**, pois já pagamos demais, mas de redistribuir, equilibrar, já que o cidadão de favela compra um pão e paga um imposto igual ao cidadão de bairro rico, mas os **impostos** arrecadados retornam em forma de serviços públicos de qualidades, limpeza urbana, iluminação, saneamento básico, assim sendo, ninguém verá ruas esburacadas ou esgoto a céu aberto no Leblon ou nos Jardins, mas na sua favela sim. Desta maneira a favela paga mais.

Na contramão disso, Celso Athayde, CEO da Favela Holding, fundador da Cufa e ganhador do Prêmio de Empreendedor de Impacto Social 2021 pelo Fórum Econômico Mundial, anunciou o lançamento do Favelas Fundos, fundo de venture capital com R\$ 50 milhões.

A iniciativa visa acelerar e potencializar negócios e startups de favelas em três estágios, dos mais variados segmentos. entre eles logística, gastronomia, saúde, marketing e tecnologia. A seleção dos projetos será feita pelos CEOs das empresas do Grupo Favela Holding, que tem mais de 20 firmas voltadas ao desenvolvimento empreendedor de favelas e de seus moradores.

O fundo busca atrair novos parceiros para aumentar a captação de recursos e ampliar o leque de startups

investidas. Isso sem falar no pioneirismo, pois o foi o primeiro a lançar fundo de investimento com olhos voltados a empreendedores da favela. Em 2017, Athayde vendeu sua participação na empresa Avante, de negócios financeiros, e levantou R\$ 2,5 milhões para investir em novos negócios sociais. O lançamento foi em 8 de fevereiro de 2017, quando muitos em favelas passaram a chamar a data de "Dia Nacional do Empreendedorismo da Favela", que, após cinco anos, tem mais de 20 empresas no portfólio.

Como um favelado que criou seu próprio fundo para as favelas, a mensagem é clara: a hora de as empresas investirem nas favelas é agora e tendo os favelados como protagonistas.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49822>

# Governo vai ao TSE para ver se é legal reduzir preço da gasolina em ano de eleição

**Marianna Holanda**

O governo Jair Bolsonaro (PL) e a cúpula do Congresso vão apresentar uma consulta formal ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) para esclarecer se é possível reduzir o preço do combustível sem ferir a lei eleitoral.

Como a Folha antecipou, os ministros Ciro Nogueira (Casa Civil) e Bruno Bianco (AGU), acompanhados dos presidentes da Câmara e do Senado, Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), tiveram audiência virtual nesta segunda-feira (14), com ministros do TSE Edson Fachin, Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes.

A reunião, que durou meia hora, foi para comunicar que a AGU apresentará a consulta formal. Os participantes do Legislativo e do Executivo, segundo relatos, enfatizaram a relevância social da medida.

A dúvida foi levantada pela equipe jurídica do Planalto, que teme que esse tipo de benefício possa ferir a legislação eleitoral no ano em que o presidente busca sua reeleição.

Integrantes do governo esperam um retorno à consulta o mais rápido o possível. Caso a corte eleitoral decida pela ilegalidade da medida, o debate sobre redução de combustíveis estará inviabilizado. E o ônus de interditar a medida popular ficará com o TSE.

Na audiência desta segunda-feira, o presidente da corte, Luís Roberto Barroso, disse que vai conceder ao tema a tramitação o mais célere possível, dentro dos requisitos processuais.

Nas duas Casas no Congresso, a redução no preço dos combustíveis é a principal pauta do momento. No governo Bolsonaro, também é tratada como prioridade.

Na Câmara, foi protocolada pelo deputado governista Chris tino Áureo (PP-RJ) uma PEC (proposta de emenda à Constituição) com aval do Planalto.

Já no Senado, surgiu uma outra, apelidada de "PEC Camicase" pela equipe econômica. Ela contou com o apoio de ministros do governo e do senador e filho do presidente, Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Recentemente, Lira passou a defender a aprovação do projeto que congela a cobrança de ICMS sobre combustíveis antes de o Congresso avançar na discussão da PEC que mexe nos **tributos** federais.

Na mesma linha, o presidente do Senado defendeu que a análise da PEC Camicase pode não ser necessária, priorizando os projetos que já estão em tramitação.

Auxiliares do presidente defendem que, com o aval do TSE, o ideal é que se vote junto o projeto do ICMS e a PEC dos Combustíveis.

As propostas de emenda à Constituição dividem parlamentares e integrantes do governo e por isso estão paradas, por ora. Já o projeto de lei que altera as regras do ICMS para combustíveis e o que estabelece um fundo para amortizar o preço do combustível estão mais avançados e entraram na pauta desta quarta (16) no Senado para serem votados.

Como a Folha mostrou, o relator de dois projetos na casa, o senador Jean Paul Prates (PT-RN), quer propor a instituição uma alíquota uniforme de ICMS sobre o diesel, mas sua adoção seria opcional aos governadores.

A possibilidade de infringir a lei eleitoral ao conceder benefícios já havia sido levantada por técnicos da área jurídica do Planalto na ocasião do veto ao projeto de lei que pretendia abrir um programa de renegociação de débitos tributários para MEIs (microempreendedores individuais) e empresas do Simples Nacional.

O presidente estava decidi

do a contrariar a equipe econômica, que apontava risco de violação da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) e de dispositivos da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e da Constituição.

Quando técnicos da equipe de Paulo Guedes surgiram com a possibilidade de veto parcial, a área jurídica do Planalto identificou, a horas do prazo final do veto, possível incompatibilidade com a lei eleitoral.

A contragosto, Bolsonaro vetou o dispositivo. Depois,



admitiu que não poderia correr o risco de ficar inelegível e defendeu que o Congresso derrubasse o seu próprio veto.

Procurado pela reportagem na época, o TSE (Tribuna Superior Eleitoral) disse que "pode se configurar como vedada a gratuidade do benefício -com ausência de contrapartida pelo beneficiário- e se for descartada a execução prévia em exercício anterior, conforme previsto no artigo 73, parágrafo 10, da Lei das Eleições".

"Porém, cabe ressaltar que essas questões são analisadas individualmente pela Justiça Eleitoral", disse o tribunal.

De acordo com Anna Paula Oliveira, advogada e membro da Abradep (Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político), a concessão de um benefício em ano eleitoral é caso clássico de conduta vedada, mas a proposta de redução do preço dos combustíveis, via PEC, é o que torna o caso específico complexo.

"Como a vedação [à concessão de benefício] é trazida pela Lei das Eleições e a Constituição é superior a uma lei, o desenho da PEC toma tudo mais diferente e complexo", afirmou a advogada.

"Mas, na minha visão, ainda há conflito de constitucionalidade, porque a Constituição resguarda o princípio da isonomia."

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49822&anchor=6450134&pd=c3411becc142e089c8f5f3dc8c10ba0e>**

# União tenta incluir taxaço menor do diesel em texto do Senado

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Construindo pontes econômicas (Artigo)

***J. Bradford DeLong***

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187141?page=14&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187141?page=14&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187141?page=14&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187141?page=14&section=1)

# "Janela partidária" deturpa a política (Editorial)

Fortalecidos pela fraqueza de um presidente da República que tem aversão ao trabalho, não sabe o que é governar e jamais deu sinais de que gostaria de aprender, os partidos políticos que compõem o Centrão, sobretudo PL, Progressistas e Republicanos, aumentaram muito seu poder de barganha para atrair parlamentares durante a chamada janela partidária, período em que deputados podem trocar de partido sem perder o mandato.

O PL, ao qual Jair Bolsonaro se filiou recentemente, deve ser o partido com a maior bancada na Câmara ao final da janela partidária, que vai de 3 de março a 1.º de abril. Estima-se que a legenda, um protetorado do notório Valdemar Costa Neto, deverá saltar de uma bancada de 43 para 65 deputados federais, enquanto o recém-criado União Brasil, quando as negociações terminarem, poderá ter uma bancada de até 61 deputados. O Progressistas, partido do atual presidente da Câmara, Arthur Lira, e do ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, deverá ter uma bancada de 52 deputados, 10 a mais do que tem hoje. Já a bancada do Republicanos deverá crescer de 31 para 34 deputados.

Partidos outrora mais consistentes, como MDB e PSDB, deverão perder deputados.

O caso do PSDB é paradigmático.

A despeito de ter realizado prévias e ter um pré-candidato à Presidência da República, próceres tucanos cogitam a céu aberto renunciar à candidatura presidencial para privilegiar a formação de bancadas no Congresso, sobretudo na Câmara.

Há razão para isso, nada nobre, mas há. Como fio condutor de todas as negociações para o troca-troca de partidos durante a janela de março está o dinheiro dos fundos públicos que irrigam as contas das legendas - o Fundo Partidário e o Fundo Especial de Financiamento de Campanha, o chamado fundo eleitoral -, além dos recursos bilionários do "orçamento secreto", mecanismo que forjou a compra de uma tênue base de apoio ao presidente Jair Bolsonaro no Congresso. Tudo mais é periférico nas conversas.

Para os caciques partidários, o que está em jogo é a formação de bancadas na Câmara, pois, quanto maior a bancada, maior o quinhão que a legenda recebe dos

fundos públicos e, não menos importante, maior é seu poder sobre o próximo presidente da República, seja quem for. Os deputados que tentarão a reeleição neste ano, por sua vez, não são movidos por sentimentos mais altaneiros: estão atrás de recursos que viabilizem as suas campanhas. E nesse jogo de interesses a orientação ideológica ou a consistência programática dos partidos são as menores preocupações dos candidatos.

A descaracterização da política partidária não é um fenômeno recente no Brasil, mas chegou ao paroxismo nos últimos anos, à vista de todos. Hoje, em prejuízo da democracia representativa no País, não são poucos os partidos políticos que se converteram, na prática, em "empresas" cujo principal objetivo é assegurar os interesses de seus donos, servindo apenas como meras estruturas administrativo-financeiras para viabilizar eleições de pessoas.

Não é ruim, nem sequer errado, enxergar os partidos políticos como meios de obtenção de poder político.

Seria até uma incongruência, haja vista que a filiação partidária é uma das condições de elegibilidade determinadas pela Constituição. O problema reside na má concepção do papel dos partidos políticos - que vai muito além do caráter instrumental da obtenção de mandatos eletivos - e no animus que permeia o processo de filiação partidária.

É triste, mas é a realidade tal como está posta. A democracia no Brasil será tanto mais vigorosa quanto mais fortes se tornarem os partidos políticos em termos de orientação ideológica e consistência programática, além, evidentemente, de propiciarem maior coesão entre seus filiados. Contudo, nada indica que, às vésperas da abertura da janela partidária e em meio às negociações para formação das federações, o País esteja caminhando nessa direção.

O quadro só será revertido com a aprovação de uma **reforma política** que melhore as condições de representação e dê fim à excrescência do financiamento público dos partidos, aproximando-os, afinal, de seus eleitores.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Milhões em busca de R\$ 8 bi "esquecidos"

**FERNANDA STRICKLAND**

O Banco Central liberou, desde a madrugada de ontem, a consulta ao novo site oficial do Sistema Valores a Receber (SLV), pelo qual qualquer cidadão brasileiro incluído no sistema bancário poderá identificar e resgatar dinheiro "esquecido" no banco. Com a disponibilização das consultas, muitos brasileiros começaram a fazer planos para usar os eventuais recursos que serão resgatados. Até o início da noite de ontem, quase 37 milhões de pessoas haviam entrado no site do BC ([www.valoresareceber.gov.br](http://www.valoresareceber.gov.br)) para se informarem sobre o "presente" inesperado.

Nesse momento, no entanto, o BC não informa o valor que cada um tem a receber, mas muitos tem a expectativa de que seja uma quantia significativa. O administrador Márcio Ferreira, 39, morador de Brasília, por exemplo, disse que sua consulta foi um sucesso. "Estou muito feliz, estou planejando dar entrada em um carro ou pagar um à vista", afirmou. "Esse dinheiro chegou em boa hora, pois estou sem carro há dois anos, e preciso muito de um." Ferreira afirmou que pensou em investir o dinheiro, mas que, no momento, precisa atender sua necessidade. "Hoje eu preciso de um veículo para me locomover, então é necessário investir em um carro, tanto para mim, quanto para minha família." Já Sebastiana Santos, 44, dona de casa, afirmou que vai usar o dinheiro para pagar as contas. "Seja qual foi a quantia, chegou em hora boa", disse. "Eu vou conseguir adiantar umas contas que estavam "penduradas" devido aos aumentos que estão ocorrendo. Mesmo que seja uma quantia baixa, vai ser positivo para mim", disse. Ela contou, ainda, que sua filha mais velha também tem valores a receber. "Isso vai ajudar aqui em casa." No total, o BC informou que há um total de 11\$ 8 bilhões "esquecidos" no sistema financeiro. E que, numa primeira etapa, devem ser liberados 11\$ 3,9 bilhões para 28 milhões de pessoas físicas e empresas. Isso significa que, em média, cada uma dessas contas teria um saldo de 11\$ 139,28 resgatáveis. Apesar disso, a possibilidade de um reforço extra no orçamento é um alento para muitos.

O aposentado José Coutinho, 72, contou que, mais cedo, sua nora entrou no site para consultar se ele era beneficiário. "Logo pela manhã, eu vi na TV que o sistema tinha voltado ao ar. Logo, liguei para minha nora e meu filho, para que eles pudessem me ajudar a conferir". "Foi uma surpresa quando eu vi que tinha esse dinheiro, pois estou mudando de estado, para

perto da casa do meu filho, porque minha esposa está doente e eu não consigo cuidar dela sozinho." Coutinho acredita que no meio de tanta **inflação**, receber qualquer quantia é uma ótima notícia. "Eu vejo muitas pessoas passando necessidade e acho que quem conseguir receber algo vai sair dessa situação", disse. Para ele, a ajuda é mais do que necessária, pois tem muita gente passando fome, sem ter o que comer em casa.

O educador financeiro Ruda Lins observou que, mesmo com a possibilidade de poder receber um valor maior do que a média, é aconselhável moderar as expectativas. "A quantia a ser recebida pode não ser suficiente para realizar planos como comprar um carro à vista", explicou. "Mas pode ser útil para viabilizar uma viagem no fim do ano ou pagar alguma conta atrasada", disse.

Lins apontou quatro diferentes grupos de pessoas que podem aproveitar o dinheiro. O primeiro é o das endividadas, que terão a chance de quitar dívidas. "É um recurso inesperado. Se conseguirem quitar ou reduzir o endividamento, vão deixar uma parte maior do orçamento respirar", frisou. O segundo grupo é o das pessoas que não estão endividadas, mas ainda não têm uma estrutura financeira adequada. "É importante que esse pessoal não saia gastando e destine o dinheiro para uma reserva de emergência." O terceiro grupo, segundo Lins, é das pessoas sem dívidas, que já têm uma reserva de emergência e estão com planos a curto e médio prazo. "Elas podem evitar um gasto contínuo no cartão de crédito", afirmou. O quarto e último grupo é o daqueles que já estão completamente estruturados. "Essas pessoas têm duas opções: investir ou usar o dinheiro para gastos esporádicos com que não estavam contando."

## Beneficiários

Na primeira consulta ao site do BC, os beneficiários poderão saber se têm contas com resíduos financeiros, mas não o valor a receber. Isso só será possível a partir de 7 de março, quando começam os resgates (veja quadro). De acordo com o BC, os bancos terão até 12 dias úteis após o pedido de transferência para depositar o dinheiro na conta bancária dos interessados.

O SVR inclui diversos tipos de valores, além de recursos residuais em contas correntes: tarifas e parcelas de operações de crédito cobradas indevidamente, cotas de capital, rateio de sobras

líquidas de cooperativas de crédito e dinheiro de grupos de consórcio que foram encerrados.

O BC decidiu disponibilizar o serviço em etapas para ampliar gradativamente as consultas. Isso significa que o cidadão que não tiver nada a receber neste momento, pode tentar nas próximas fases, que serão implementadas a partir de maio. Ou seja, as pessoas que estão "zeradas" agora podem ter identificado algum valor a receber no futuro.

Em março, além do início das devoluções, haverá uma repescagem. As próximas etapas, a partir de maio, permitirão a consulta e resgate de outros R\$ 4,1 bilhões. De acordo com a autoridade monetária o sistema de SVR será permanente.

#### Impacto

O dinheiro poderá ser sacado após o pedido de resgate. O pagamento será realizado via Pix na instituição escolhida pelo beneficiário. O BC ainda garantiu que, mesmo que percam os prazos, as pessoas nunca perderão direito sobre os valores. "As instituições financeiras guardarão esses recursos pelo tempo que for necessário, esperando até que o cidadão solicite a devolução", informou a autarquia.

O Banco Central esclareceu, ainda, que, no caso de alguém pedir o resgate sem indicar uma chave Pix, a instituição financeira responsável pelo dinheiro entrará em contato para realizar a transferência. "Mesmo nesse caso específico, essa instituição não pode pedir que você informe seus dados pessoais nem sua senha", alertou.

O economista Homero Azevedo Guizzo, da Terra Investimentos, avaliou que o impacto dos saques na economia será limitado. "Para fins de comparação, os R\$ 8 bilhões disponíveis equivalem a 0,6% do consumo das famílias em um trimestre. Então, esses recursos podem mover a agulha dos indicadores de consumo em um trimestre, mas seu efeito duraria pouco tempo e em nada se comparariam, por exemplo, ao impacto recente da inflação no consumo das famílias", analisou.

## Passo a passo

Veja como saber se você tem dinheiro a receber e resgatar os valores

- 1** O primeiro passo é entrar no site [valoresareceber.bcb.gov.br](http://valoresareceber.bcb.gov.br). Clique na palavra AQUI e preencha o campo do CPF e data de nascimento, ou CNPJ e data da fundação da empresa, caso se trate de pessoa jurídica.
- 2** Se a resposta for "atualmente você não tem valores a receber", aguarde maio para tentar novamente. Já se aparecer "consulta realizada com sucesso", significa que você tem dinheiro a resgatar. Neste momento vão aparecer as datas para a realização do resgate, mas o valor a que você tem direito só será informado na data agendada para o resgate.

Data de nascimento (pessoa) ou de criação (empresa)	Período de agendamento (consulta e resgate)	Data de rescapagem (para quem perder a data agendada)
Antes de 1968	7 a 11/3	12/3
Entre 1968 e 1983	14 a 18/3	19/3
Após 1983	21 a 25/3	26/3

- 3** Para poder resgatar o dinheiro, será preciso fazer um cadastro no site [gov.br](http://gov.br) (caso não tenha ainda). O cadastro poderá ser feito no site ou pelo app Gov.br (Google Play e App Store).
- 4** Você vai precisar de um cadastro [Gov.br](http://Gov.br) nível prata ou ouro para consultar e solicitar os recursos na data e período agendados ou na rescapagem. Não será possível acessar o sistema com o login Registrato (usado pelo BC na versão anterior).
- 5** Na data e períodos informados, volte ao site [valoresareceber.bcb.gov.br](http://valoresareceber.bcb.gov.br) e use seu login no [Gov.br](http://Gov.br) para acessar o sistema, consultar e solicitar o resgate do saldo existente;
- 6** Se você perder a data e período de resgate, volte ao site [valoresareceber.bcb.gov.br](http://valoresareceber.bcb.gov.br) no dia da rescapagem, das 4h às 24h, de acordo com o calendário acima.
- 7** Se você também perder seu sábado de rescapagem, volte ao site [valoresareceber.bcb.gov.br](http://valoresareceber.bcb.gov.br) a partir de 28/03/2022 e use o login [Gov.br](http://Gov.br) para acessar o sistema, consultar e solicitar o resgate do saldo existente.



### Fique atento para não cair em golpes:



O único site para consulta e solicitação dos valores é [valoresareceber.bcb.gov.br](http://valoresareceber.bcb.gov.br).



O Banco Central não envia links nem entra em contato com as pessoas para tratar sobre valores a receber ou para confirmar dados pessoais.



Ninguém está autorizado a entrar em contato com você em nome do Banco Central ou do Sistema Valores a Receber.



Portanto, nunca clique em links suspeitos enviados por e-mail, SMS, WhatsApp ou Telegram.



Não faça qualquer tipo de pagamento para ter acesso aos valores. É golpe!

Fonte: Banco Central.

### Não desista

- O Banco Central (BC) dividiu a consulta aos R\$ 8 bilhões "esquecidos" em etapas:
- As próximas etapas do sistema, que serão implementadas a partir de maio, podem fazer com que as pessoas que estavam "zeradas" agora tenham algum valor a receber no futuro.
- Na primeira etapa, serão R\$ 3,9 bilhões disponíveis de devolução para 28 milhões de pessoas ou empresas que tinham saldos residuais em contas-correntes, por exemplo. Em março, além de começar a ser devolvido o dinheiro, haverá uma rescapagem.
- As próximas etapas, permitirão a consulta e resgate dos R\$ 4,1 bilhões restantes. Então, se na sua consulta aparecer que não está disponível ainda, a próxima oportunidade será em maio.
- O objetivo das etapas é ampliar gradativamente as consultas aos valores que estavam perdidos. De acordo com a autoridade monetária, esse sistema será permanente.

# É preciso encorajar esforço diplomático para evitar guerra (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>



# "PL do veneno" ameaça liberar uso de agrotóxico (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187141?page=14&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187141?page=14&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187141?page=14&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187141?page=14&section=1)

# Em fim de mandato, Estados engordam os investimentos

**Marta Watanabe**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187141?page=14&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187141?page=14&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187141?page=14&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187141?page=14&section=1)